



POLICONCONSULT - Associação Politécnica de Consultoria

Rua Benfica, 455, Escola Politécnica de Pernambuco, Bloco A

Madalena, Recife – PE. CEP: 50-720-001 Fone/Fax: (81) 3446.1508

CNPJ: 41.227.190/0001-61

www.policonsult.org.br/policonsult@policonsult.org.br

APÊNDICE A – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO

RELATÓRIO FOTOGRÁFICO



Foto 01 – Vista geral da fachada frontal.



Foto 02 – Detalhe da fachada frontal.



Foto 03 – Muro lateral do fórum.



Foto 04 – Fachada lateral direita.



Foto 05 – Fachada do fundo.



Foto 06 – Detalhe lateral esquerda.



Foto 07 – Verificação da ferragem com o ferroskan.



Foto 08 – Verificação da armadura da viga do fórum.



Foto 09 – Remoção do gesso para inspeção da laje.



Foto 10 – Remoção do gesso para inspeção da laje.



Foto 11 – Remoção das lajotas para inspeção da fundação.



Foto 12 – Inspeção da fundação.



Foto 13 – Inspeção da fundação.



Foto 14 – Medidor laser de distâncias, marca Bosch, modelo GLM 250 VF Profissional.



Foto 15 – Perfuratriz diamantada, marca Hilti, modelo DD 160 .



Foto 16 – Perfuratriz diamantada, marca Hilti, modelo DD 160.



Foto 17 – Multidetector (Ferrosan), marca HILTI, modelo PS 38.



Foto 18 – Reposição do forro de gesso.



Foto 19 – Reposição do forro de gesso.



Foto 20 – Reposição da alvenaria do muro.



Foto 21 – Reposição das lajotas do piso externo.



Foto 22 – Reposição das lajotas do piso externo.



Foto 23 – Reposição das lajotas do piso externo



Foto 24 – Compactação do terreno após a inspeção.



Foto 25 – Verificação dos materiais da fundação em rachão e areia.



Foto 26 – Verificação dos materiais da fundação.



Foto 27 – Verificação dos materiais da fundação.



Foto 28 - Verificação dos materiais da fundação.



Foto 29 – Presença de oxidação na armadura do radier da edificação.



Foto 30 – Presença de oxidação na armadura do radier da edificação.



Foto 31 – Localização dos blocos de fundação.



Foto 32 – Piso interno em cerâmica 40x40cm.



Foto 33 – Piso externo em lajota 40x40cm.



Foto 34 – Piso externo em lajota 40x40cm.



Foto 35 – Manutenção do piso externo



Foto 36 – Fissuras na cinta de amarração.



Foto 37 – Fissuras na cinta de amarração.



Foto 38 – Fissuras na cinta de amarração.



Foto 39 – Fissura no encontro entre o muro frontal e a fachada do edifício.

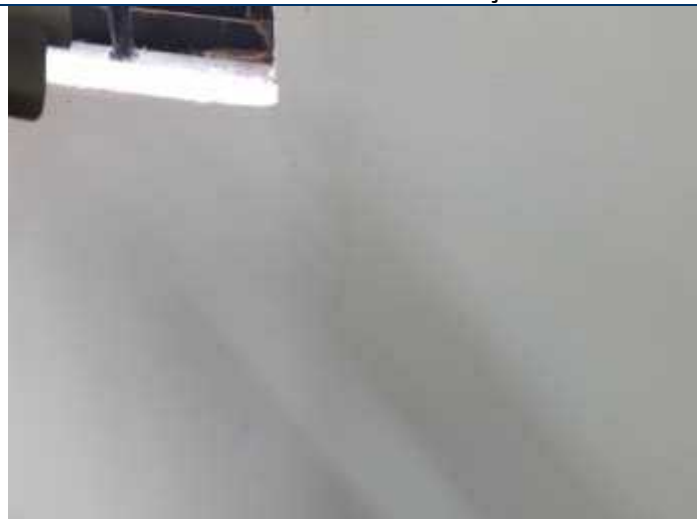


Foto 40 – Fissuras no canto da janela.



Foto 41 – Fissuras no canto da janela.



Foto 42 – Recuperação de fissuras e inclusão de contraverga.



Foto 43 – Recuperação de fissuras e inclusão de contraverga.



Foto 44 – Viga de concreto armado



Foto 45 – Inspeção da cinta da edificação.



Foto 46 – Inspeção da cinta da edificação.



Foto 47 – Inspeção da laje pré-moldada.



Foto 48 – Inspeção da laje pré-moldada.



Foto 49 – Inspeção da laje pré-moldada.



Foto 50 – Muro externo da edificação do fórum.



Foto 51 — Muro externo da edificação do fórum.



Foto 52 – Muro da igreja lateral que separa o forum .



Foto 53 – Fissura no muro da igreja.



Foto 54 – Fissura no muro da igreja.



Foto 55 - Ruptura dos corpos de prova da Viga 1.



Foto 56 - Ruptura dos corpos de prova da Viga 1.



POLICONCONSULT - Associação Politécnica de Consultoria

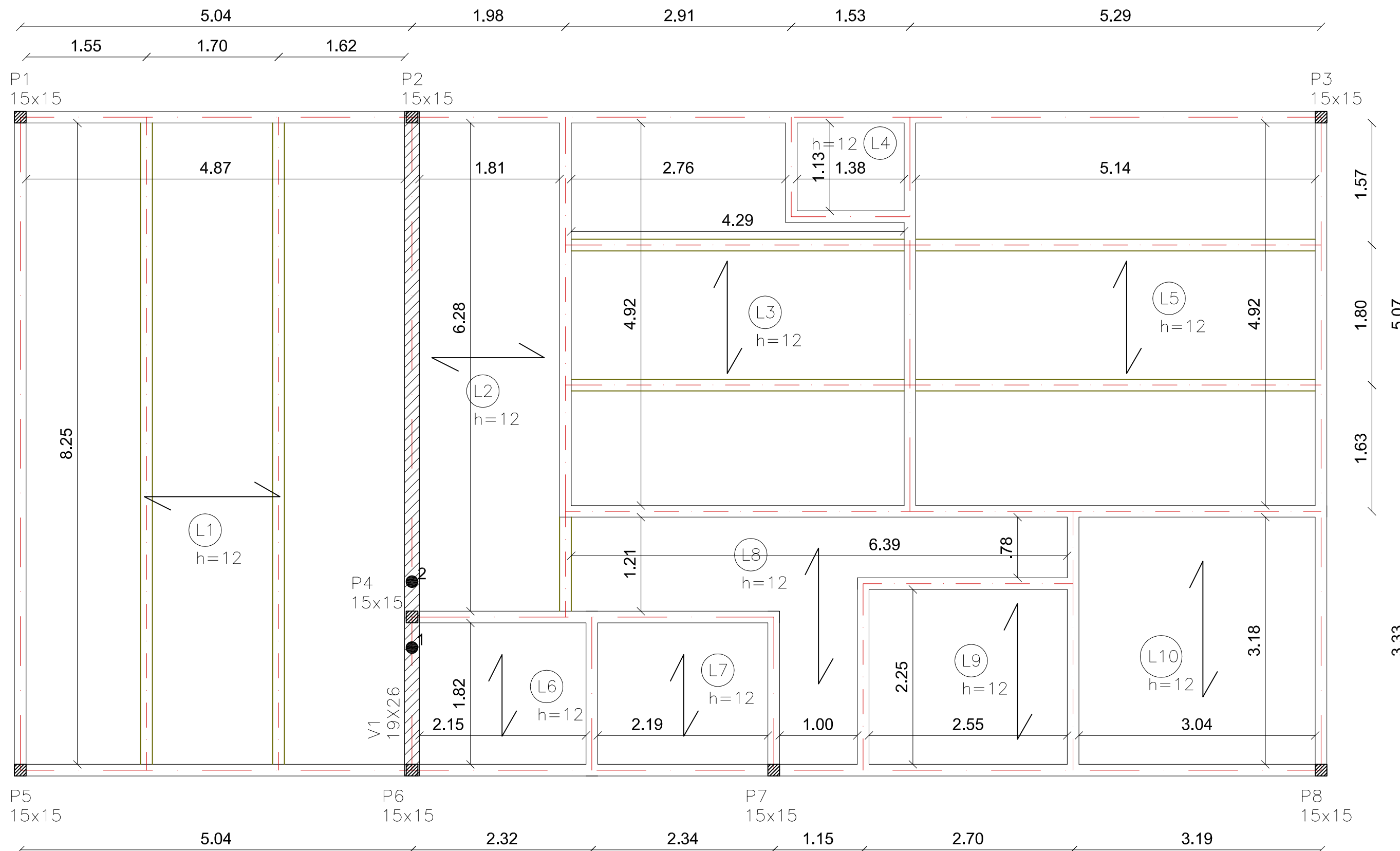
Rua Benfica, 455, Escola Politécnica de Pernambuco, Bloco A

Madalena, Recife – PE. CEP: 50-720-001 Fone/Fax: (81) 3446.1508

CNPJ: 41.227.190/0001-61

www.policonsult.org.br/policonsult@policonsult.org.br

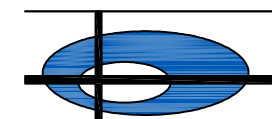
APÊNDICE B – PLANTA DE FORMA ESTRUTURAL



● RETIRADA DE AMOSTRAS

PLANTA DE FORMA ESTRUTURAL

ESC.: 1/50



POLICONSULT - Associação Politécnica de Consultoria

Rua Benfica, 455, Escola Politécnica de Pernambuco, Bloco A

Madalena, Recife - PE. CEP: 50.702-001 Fone/Fax: (81) 3446.1508

POLICONSULT CNPJ: 41.227.190/0001-61 www.policonsult.org.br/policonsult@policonsult.org.br

PLANTA DE FORMA ESTRUTURAL DO CARTÓRIO

ELEITORAL DE JACARAÚ - TRE/PB

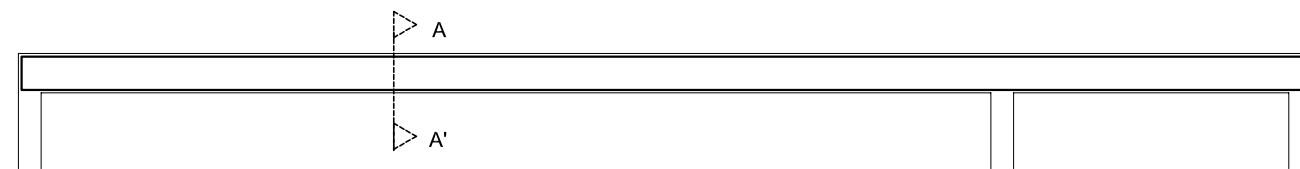
PRANCHA:

01/03

Data: 26/12/2016

ESCALA: 1/50

V1 (19X26)



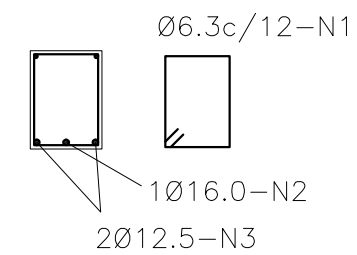
N1- 72Ø6.3 C/12

N2- 1Ø16.0 (851)

N3- 2Ø12.5 (851)

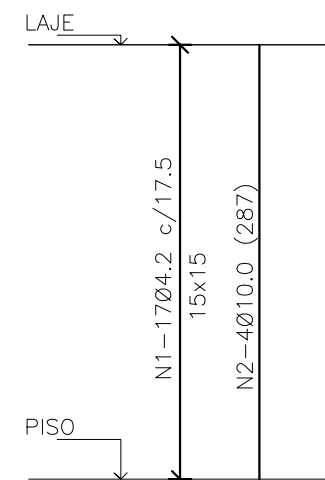
ESC.: 1/50

SEÇÃO AA'



ESC.: 1/20

P1=P2=P3=P4=P5=P6=P7=P8 (15X15)



ESC.: 1/50

SEÇÃO



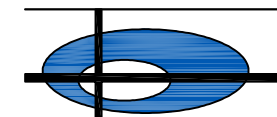
ESC.: 1/20

ARMAÇÃO E FORMA DE VIGA E PILARES

ESC.: Indicada

NOTAS

- O cobrimento do concreto verificado foi de 1,00 cm;
- O fck do concreto será indicado no Laudo Técnico.



POLICONCONSULT - Associação Politécnica de Consultoria

Rua Benfica, 455, Escola Politécnica de Pernambuco, Bloco A
Madalena, Recife - PE. CEP: 50.702-001 Fone/Fax: (81) 3446.1508

POLICONCONSULT CNPJ: 41.227.190/0001-61 www.policonsult.org.br/policonsult@policonsult.org.br

**PROJETO ESTRUTURAL: FORMA E ARMAÇÃO DAS
VIGAS DO CARTÓRIO ELEITORAL DE JACARAÚ - TRE/PB**

PRANCHA:

02/03

Data: 26/12/2016

ESCALA: INDICADA



POLICONCONSULT - Associação Politécnica de Consultoria

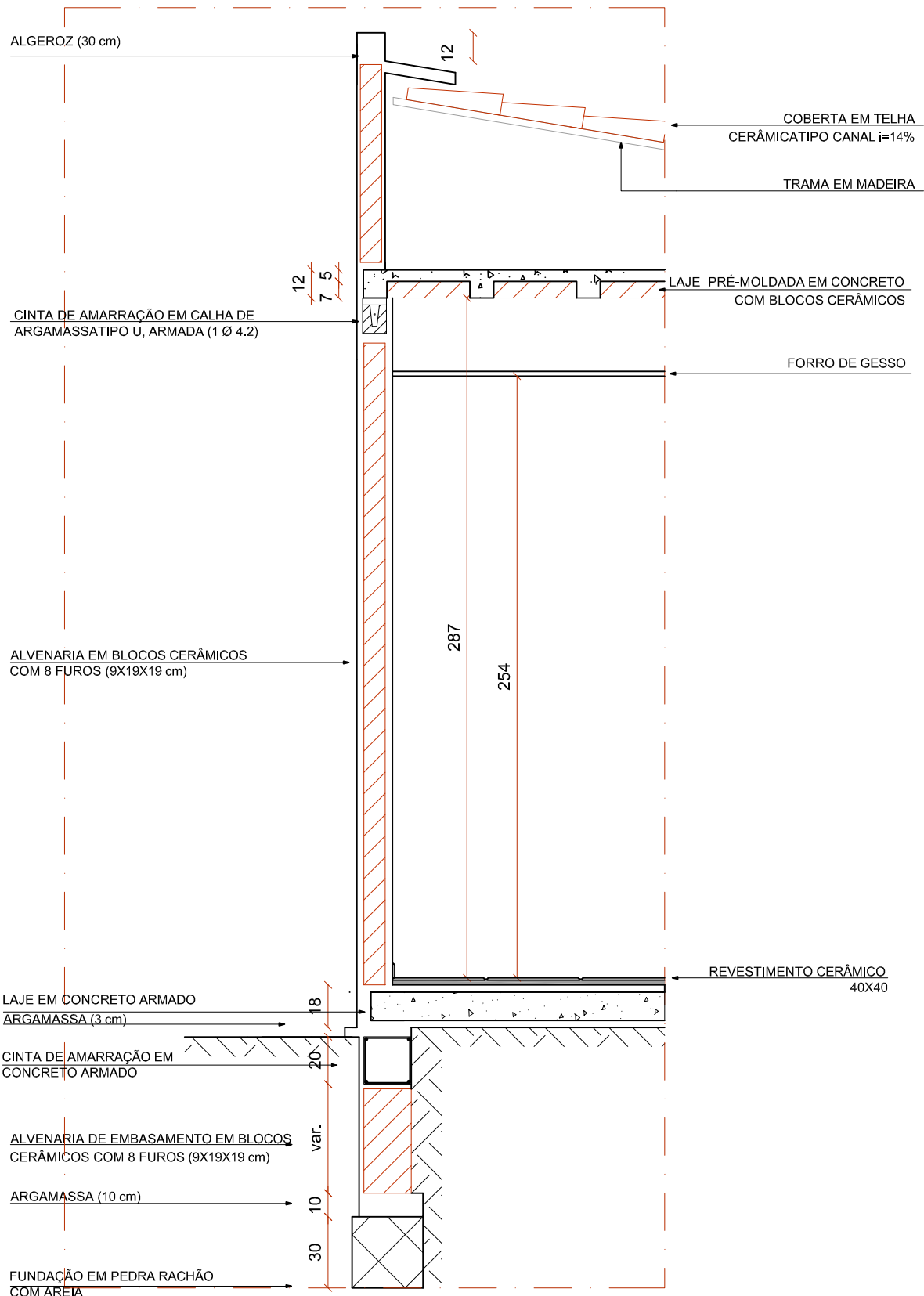
Rua Benfica, 455, Escola Politécnica de Pernambuco, Bloco A

Madalena, Recife – PE. CEP: 50-720-001 Fone/Fax: (81) 3446.1508

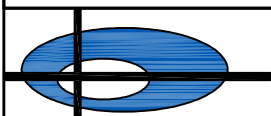
CNPJ: 41.227.190/0001-61

www.policonsult.org.br/policonsult@policonsult.org.br

APÊNDICE C – CORTE ESTRUTURAL



CORTE ESTRUTURAL
ESC.: 1/25



POLICONSULT - Associação Politécnica de Consultoria

Rua Benfica, 455, Escola Politécnica de Pernambuco, Bloco A

Madalena, Recife - PE. CEP: 50.702-001 Fone/Fax: (81) 3446.1508

POLICONSULT CNPJ: 41.227.190/0001-61 www.policonsult.org.br/policonsult@policonsult.org.br

**PROJETO ESTRUTURAL: CORTE ESTRUTURAL DO
CARTÓRIO ELEITORAL DE JACARAÚ - TRE/PB**

PRANCHA:

03/03

Data: 26/12/2016

ESCALA: 1/25

REV.: 02



POLICONCONSULT - Associação Politécnica de Consultoria

Rua Benfica, 455, Escola Politécnica de Pernambuco, Bloco A

Madalena, Recife – PE. CEP: 50-720-001 Fone/Fax: (81) 3446.1508

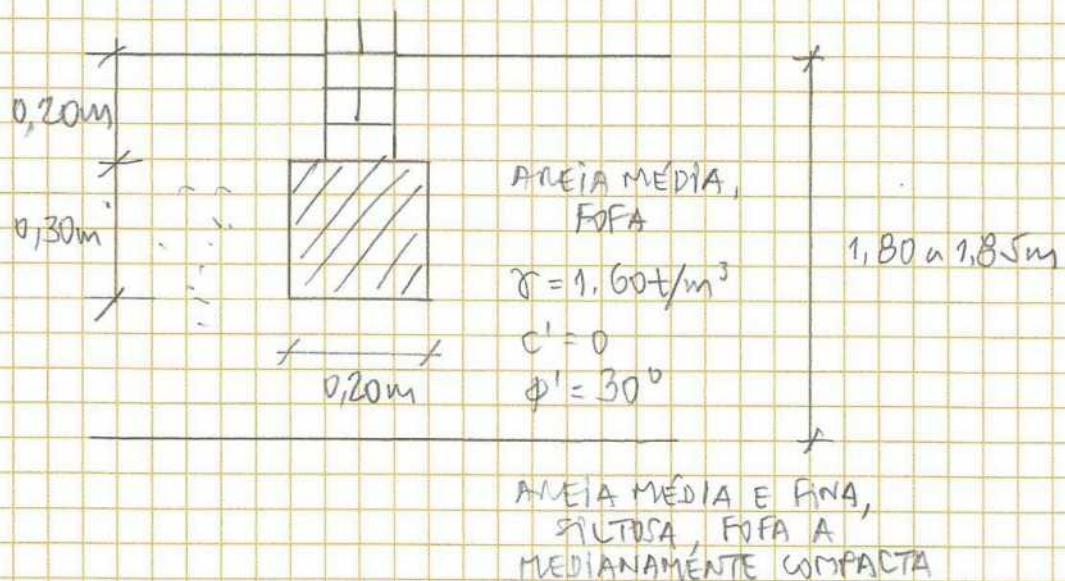
CNPJ: 41.227.190/0001-61

www.policonsult.org.br/policonsult@policonsult.org.br

ANEXO A – MEMÓRIA DE CÁLCULO DA SAPATA

OBSTLA. UNIDADE JACARAÁ
 LOCAL: JACARAÁ/RS
 CLIENTE: POLICONULT
 DATA: FEV/17

1) DETALHE DA FUNDAÇÃO



2) CAPACIDADE DE CARGA

$$q_{rup} = c \cdot N_c + q \cdot N_q + \frac{1}{2} \cdot B \cdot \gamma \cdot N_\gamma \quad \text{e} \quad B = 0,20 \text{ m}$$

$$\text{NO LÍMITE: } q = \gamma \cdot d_f = 1,60 \times 0,50 = 0,80 \text{ t/m}^2$$

$$\phi = 30^\circ \rightarrow N_q = 18,40 \text{ e } N_\gamma = 22,40 \text{ (Meyerhoff)}$$

$$\therefore q_{rup} = 0 + 0,80 \times 18,40 + \frac{1}{2} \cdot 0,20 \cdot 1,60 \cdot 22,40 = 18,3 \text{ t/m}^2$$

3) FATOR DE SEGURANÇA DA FUNDAÇÃO

- Admitindo-se a carga atuante na parede de $p = 3,00 \text{ t/m}$:

$$p_{rup} = \frac{p}{B} = \frac{3,00}{0,20} = 15,0 \text{ t/m}^2$$

$$\text{Logo: } FS = \frac{q_{rup}}{p_{rup}} = \frac{18,3}{15,0} = 1,22 < FS_{MIN} = 3,0$$

Logo não atende a Norma.



POLICONCONSULT - Associação Politécnica de Consultoria

Rua Benfica, 455, Escola Politécnica de Pernambuco, Bloco A

Madalena, Recife – PE. CEP: 50-720-001 Fone/Fax: (81) 3446.1508

CNPJ: 41.227.190/0001-61

www.policonsult.org.br/policonsult@policonsult.org.br

ANEXO B – DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO EM TESTEMUNHOS DE CONCRETO

CLIENTE:	POLICONSULT - ASSOCIAÇÃO POLITÉCNICA DE CONSULTORIA	DATA DE EMISSÃO:	01/12/2016
CONSTRUTORA:	-	DATA DO ENSAIO:	01/12/2016
OBRA:	TRE - JACARAU / PB	RESPONS. TÉCNICO:	DIOGO CLARK
ENDEREÇO:	RUA PRESIDENTE JOÃO PESSOA, CENTRO, JACARAU - PB	fck-PROJETO (MPa):	-
NBR 5739:2007 - CONCRETO - Ensaio de Compressão de Corpos de Prova Cilíndricos			
NORMA(S) DE REFERÊNCIA: NBR 6118:2014 - Projeto de Estruturas de concreto - Procedimento			
NBR 7680-1:2015 - Concreto - Extração, preparo e ensaio de testemunhos de estruturas de concreto - Parte 1: Resistência à compressão axial			
EQUIPAMENTO(S) DO ENSAIO:	EMIC DL-60000		

DETERMINAÇÃO DA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO EM TESTEMUNHOS DE CONCRETO

N.º	Data da moldagem*	Data da extração*	Idade (dias) *	Sentido da extração *	Condição de umidade	Massa específica	Diâmetro	Comprimento	Carga	fci,ext,inicial	Fatores de correção					fci,ext	Média MPa	Desvio Máximo	fc28**	Descrição das peças *	Tipo de ruptura
						kg/m³	mm	mm	kgf	MPa	Relação h/d	K1	K2	K3	K4	MPa			MPa		NBR 5.739
1	-	21/11/2016	-	Ortogonal	Seco	2124	69,4	132,3	5.130	13,3	1,91	-0,01	0,10	0,05	-0,04	14,7	15,9	8%	-	Viga	Cisalhada
2	-	21/11/2016	-	Ortogonal	Seco	2132	69,2	130,8	5.950	15,5	1,89	-0,01	0,10	0,05	-0,04	17,1			-		Cônica
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-		-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-		-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-		-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-		-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-		-
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			-		-

Observações:

Quando o desvio for superior a 15% a uniformidade do lote pode estar comprometida, sendo recomendável avaliação do mesmo quanto a resultados espúrios e/ou realização de nova amostragem para extração conforme item 6.2 da NBR 7680-1:2015.

*Informado pelo cliente.

**fc28 apresenta retroação do resultado do testemunho para a idade de 28 dias considerando o uso de cimentos de classe 32, em caráter informativo.

Anexo 1 - Registro Fotográfico

Sem registro de foto.

NOTAS:

1. A amostragem dos concretos e formação dos lotes avaliados deve seguir o disposto no item 4.2 da NBR7680-1
2. Os requisitos para formação dos lotes e as quantidades de testemunhos para extração devem respeitar o disposto na Tabela 1 da NBR7680-1, sendo o mínimo de 2 (dois) testemunhos por lote (betonada ou caminhão betoneira), para concretos aplicados em um único elemento estrutural e com controle de amostragem total no lançamento, conforme NBR12655.
3. Para a adoção de testemunhos com diâmetros inferiores à 75mm e superiores ou iguais a 50mm a quantidade de amostras deve ser o dobro do indicado na Tabela 1 da NBR7680-1.
4. Testemunhos extraídos e encaminhados ao Laboratório pelo cliente;
5. Ensaio realizado de acordo com a norma NBR 7680-1:2015;
6. Este relatório só deverá ser reproduzido por completo, e mediante expressa autorização do laboratório.

RESPONSÁVEL
Engº Jairo Colaço Mariz
CREA: 54.390 /PE



POLICONCONSULT - Associação Politécnica de Consultoria

Rua Benfica, 455, Escola Politécnica de Pernambuco, Bloco A

Madalena, Recife – PE. CEP: 50-720-001 Fone/Fax: (81) 3446.1508

CNPJ: 41.227.190/0001-61

www.policonsult.org.br policonsult@policonsult.org.br

ANEXO C – VERIFICAÇÃO DOS ELEMENTOS ESTRUTURAIS

Verificação dos elementos estruturais

Obra: Cartório Eleitoral de Jacaraú – TRE-PB

Data: 15/02/2017

Os esforços atuantes nos elementos estruturais foram estimados considerando uma carga total de 3,5 kN/m² atuando sobre as lajes de cobertura. Para a determinação dos esforços máximos resistentes por cada elemento foram considerados as seguintes tensões admissíveis:

- Concreto: 14,7 MPa
- Bloco cerâmico: 0,8 MPa

Capacidade de carga das vigas

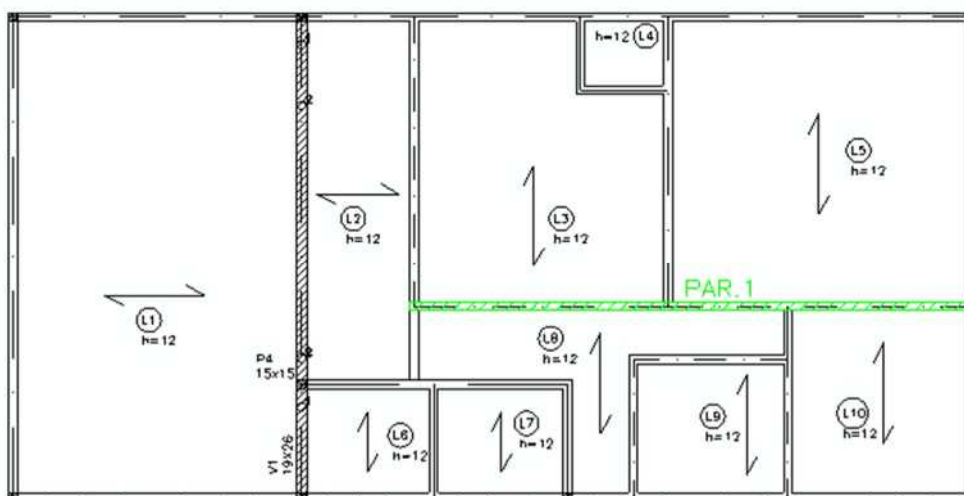
A tabela abaixo mostra a comparação entre os esforços atuante e resistente para a viga V1.

Viga	Momento máximo atuante (kN.m)	Momento máximo resistente (kN.m)	Situação
V1	45,2	20,9	Não suporta

Observa-se, portanto, que a viga V1 não atende às condições mínimas para suportar os esforços atuantes sobre elas. Além disso, os cobrimentos adotados e o f_{ck} estimado não atendem aos critérios de durabilidade, conforme item 7.4 da NBR 6118 (2014).

Capacidade de carga das paredes

Para avaliar os esforços nas paredes, tomou-se a Parede 1, como indicado na figura abaixo:



A tabela abaixo mostra a comparação entre os esforços atuante e resistente para a parede 1:

Parede	Tensão atuante (MPa)	Resistência necessária no prisma (MPa)	Resistência necessária no bloco (MPa)	Resistência média do bloco obtida em ensaio (MPa)
P1	0,14	0,81	2,04	0,5

Observa-se, portanto, que a parede PAR.1 não atende às condições mínimas para suportar os esforços atuantes sobre ela. Ainda, a NBR 15270-1 (2005) define uma resistência à compressão mínima de 1,5 MPa para blocos com furos na horizontal.

Capacidade de carga dos pilares

A tabela abaixo mostra a comparação entre os esforços atuantes e resistentes para os pilares P1 a P7:

Pilar	Força atuante (kN)	Força resistente (kN)	Situação
P1	38,5	120,0	Ok
P2	36,4	120,0	Ok
P3	87,6	120,0	Ok
P4	91,0	120,0	Ok
P5	38,5	120,0	Ok
P6	-16,2	-72,0	Ok
P7	87,5	120,0	Ok

Os pilares apresentam esforço resistente de cálculo superior ao esforço solicitante de cálculo. No entanto, deve-se notar que os cobrimentos e as dimensões adotadas, assim como o f_{ck} estimado, não atendem aos critérios de durabilidade, conforme item 7.4 da NBR 6118 (2014).

Conclui-se que um novo projeto estrutural se torna indispensável.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15270-1:** Componentes cerâmicos. Parte 1: Blocos cerâmicos para alvenaria de vedação — Terminologia e requisitos. 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto - Procedimento.** 2014.



POLICONCONSULT - Associação Politécnica de Consultoria

Rua Benfica, 455, Escola Politécnica de Pernambuco, Bloco A

Madalena, Recife – PE. CEP: 50-720-001 Fone/Fax: (81) 3446.1508

CNPJ: 41.227.190/0001-61

www.policonsult.org.br/policonsult@policonsult.org.br

**ANEXO D – ENSAIO DE RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO EM BLOCOS CERÂMICOS
PARA ALVENARIA DE VEDAÇÃO**

CLIENTE: POLICONSULT - ASSOCIAÇÃO POLITÉCNICA DE CONSULTORIA

OBRA: TRE - JACARAU / PB

CONSTRUTORA: -

DATA DE EMISSÃO: 12/12/2016

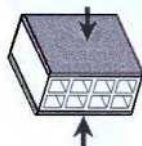
ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE JOÃO PESSOA, CENTRO, JACARAU - PB

NORMA(S) DE REFERÊNCIA: NBR 15270-3:2005 - Componentes cerâmicos - Parte 3: Blocos cerâmicos para alvenaria estrutural e de vedação - Métodos de ensaio

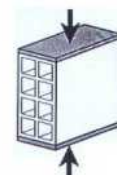
ENSAIO DE RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO EM BLOCOS CERÂMICOS PARA ALVENARIA DE VEDAÇÃO

Nº DA AMOSTRA	DIMENSÕES MÉDIAS			ÁREA (mm²)	LEITURA MANÔMETRO (N)	RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO (MPa)
	COMPRIMENTO (mm)	LARGURA (mm)	ALTURA (mm)			
001	182	90	179	16.335,0	13.239,0	0,8
002	181	91	179	16.335,3	13.925,4	0,9
003	180	90	180	16.200,0	13.337,0	0,8
004	182	91	179	16.425,8	14.513,8	0,9
005	181	91	179	16.335,3	12.160,2	0,7
006	181	90	179	16.245,0	16.573,2	1,0
007	179	90	178	15.975,8	17.946,2	1,1
008	180	89	179	15.975,5	12.944,8	0,8
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-

I - POSIÇÃO DO ENSAIO



II - POSIÇÃO DO ENSAIO

**IDENTIFICAÇÕES DA AMOSTRA**

MATERIAL ENSAIADO		FORNECEDOR	LOTE
BLOCO CERÂMICO		-	-
DATA RECEBIMENTO AMOSTRA	DATA DO ENSAIO	RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO f_b (MPa)	
28/11/2016	09/12/2016	-	

NOTAS - REFERENTE A NORMA 15270-1:2005

1 - A NBR 15270-1:2005 estabelece que a amostra seja constituída de 13 corpos-de-prova; O critério de aceitação da amostra são de no máximo duas unidades não conformes, ou seja, apenas dois resultados individuais de resistência à compressão poderão ficar abaixo da resistência requerida no projeto.

2 - De acordo com a NBR 15270-1:2005 a resistência à compressão mínima para blocos utilizados com furos na horizontal de 1,5 MPa, e para blocos utilizados com furos na vertical de 3,0 MPa.

NOTAS:

1. Este relatório têm resultado restrito, aplicam-se apenas às amostras enviadas pelo cliente.

2. Este relatório só deverá ser reproduzido por completo, e mediante expressa autorização do laboratório.

Engº Jairo Colaço Mariz
CREA: 54.390 /PE



POLICONCONSULT - Associação Politécnica de Consultoria

Rua Benfica, 455, Escola Politécnica de Pernambuco, Bloco A

Madalena, Recife – PE. CEP: 50-720-001 Fone/Fax: (81) 3446.1508

CNPJ: 41.227.190/0001-61

www.policonsult.org.br/policonsult@policonsult.org.br

ANEXO E – ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA DOS AUTORES (ART's)



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PE20160089720

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

ALEXANDRE DUARTE GUSMAO

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: 180050437-3

2. Contratante

Contratante: **POLICONSULT ASSOCIAÇÃO POLITÉCNICA DE CONSULTORIA**

CPF/CNPJ: 41.227.190/0001-61

RUA BENFICA

Nº: 455

Complemento:

Bairro: **MADALENA**

Cidade: **RECIFE**

UF: **PE**

CEP: 50720001

País: **Brasil**

Telefone: (81) 3446-1508

Email:

Contrato: 16/2016 TRE-PB

Celebrado em: 07/06/2016

Valor: **R\$ 8.766,50**

Tipo de contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

CPF/CNPJ: 06.017.798/0001-80

RUA Presidente João Pessoa

Nº: S/N

Complemento:

Bairro: **Centro**

Cidade: **Jacaraú**

UF: **PB**

CEP: 58278000

Telefone: (83) 3512-1200

Email:

Coordenadas Geográficas: **Latitude: 0 Longitude: 0**

Data de Início: 03/10/2016

Previsão de término: 16/01/2017

Finalidade: **Outro**

4. Atividade Técnica

12 - ELABORAÇÃO

Quantidade

Unidade

20 - Perícia > OUTROS -> #30502 - OUTROS

1,00

un

23 - Laudo > OUTROS -> #30502 - OUTROS

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE PERÍCIA E LAUDO TÉCNICO DE ESTABILIDADE DAS FUNDAÇÕES DA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGA O FÓRUM ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE JACARAÚ-PB.

6. Declarações

Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade da Classe

NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Recife 30 de Novembro de 16

Local

data

Alexandre Duarte Gusmao
ALEXANDRE DUARTE GUSMAO - CPF: 408.724.754-68

Policonsult Associação Politécnica de Consultoria
POLICONSULT ASSOCIAÇÃO POLITÉCNICA DE CONSULTORIA - CNPJ:
41.227.190/0001-61

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

* O comprovante de pagamento deverá ser apensado para comprovação de quitação

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 130,15**

Pago em: 29/11/2016

Nosso Número: 96670057219386260



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PE

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PE20160085525

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

INICIAL
INDIVIDUAL

1. Responsável Técnico

CLARK VIRGINIO RAMOS GALVAO

Título profissional: **ENGENHEIRO CIVIL**

RNP: **180669582-0**

Empresa contratada: **POLICONSULT-ASSOCIAÇÃO POLITÉCNICA DE CONSULTORIA.**

Registro: **4566-6**

2. Contratante

Contratante: **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

CPF/CNPJ: **06.017.798/0001-60**

AVENIDA PRINCESA ISABEL

Nº: **201**

Complemento:

Bairro: **CENTRO**

Cidade: **JOÃO PESSOA**

UF: **PB**

CEP: **58013250**

País: **Brasil**

Telefone: **(83) 3512-1200**

Email:

Contrato: **16/2016 TRE-PB**

Celebrado em: **07/06/2016**

Valor: **R\$ 8.766,50**

Tipo de contratante: **PESSOA JURIDICA DE DIREITO PUBLICO**

Ação Institucional: **Outros**

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

CPF/CNPJ: **06.017.798/0001-60**

RUA Presidente João Pessoa

Nº: **S/N**

Complemento:

Bairro: **Centro**

Cidade: **Jacaraú**

UF: **PB**

CEP: **58278000**

Telefone: **(83) 3512-1200**

Email:

Coordenadas Geográficas: **Latitude: 0 Longitude: 0**

Data de Início: **03/10/2016**

Previsão de término: **16/01/2017**

Finalidade: **Outro**

4. Atividade Técnica

12 - ELABORAÇÃO

20 - Perícia > OUTROS -> #30502 - OUTROS

Quantidade

Unidade

23 - Laudo > OUTROS -> #30502 - OUTROS

1,00

un

1,00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

ELABORAÇÃO DE PERÍCIA E LAUDO TÉCNICO DE ESTABILIDADE DA EDIFICAÇÃO QUE ABRIGA O FÓRUM ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE JACARAÚ - PB

6. Declarações

7. Entidade de Classe

NÃO OPTANTE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

CLARK VIRGINIO RAMOS GALVAO - CPF: 128.092.404-34

Local

data

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Valor da ART: **R\$ 130,15**

Pago em: **28/10/2016**

Nosso Número: **96670057219348920**



POLICONCONSULT - Associação Politécnica de Consultoria

Rua Benfica, 455, Escola Politécnica de Pernambuco, Bloco A

Madalena, Recife – PE. CEP: 50-720-001 Fone/Fax: (81) 3446.1508

CNPJ: 41.227.190/0001-61

www.policonsult.org.br/policonsult@policonsult.org.br

ANEXO F – OFÍCIO N 005/2017-PRES DO CREA /PE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
-CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE PERNAMBUCO – CREA-PE
Av. Gov. Agamenon Magalhães, 2978; Espinheiro - Recife/PE. CEP: 52.020-000
Fone/Fax: (81) 3231-5574. E-mail: presidente@creape.org.br

Ofício nº 005/2017-PRES

Recife/PE, 04 de janeiro de 2017.

A Sua Senhoria o Senhor
Clark Virgínio Ramos Galvão
Engenheiro Civil
Rua José Clementino, 73, Apto. 702, Graças
CEP: 52050-070 – Recife/PE

Assunto: E-mail referente a questionamentos com relação às Leis, Decretos e Resoluções do Sistema Confea/Crea.

Prezado Senhor,

1. Em resposta ao e-mail enviado por Vossa Senhoria, datado de 27 de dezembro de 2016, referente a questionamentos com relação às Leis/Decretos e Resoluções do Sistema Confea/Crea, encaminhamos Instrução Técnica emitida pelo Assistente Técnico, Eng. de Prod. Thiago Gomes Baptista, do Crea-PE.

17. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários, ao tempo em que renovamos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

Eng.º Civil **Evandro de Alencar Carvalho**
Presidente



Folha	
Processo	S/N
Matrícula	
Rubrica	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA-PE
DIVISÃO DE REGISTRO E CADASTRO

ÁREA DE DESTINO : GCP
PROTOCOLO : S/N
ASSUNTO : Outras Solicitações (E-mail)
INTERESSADO : Eng. Civil Clark Virginio Ramos Galvão

Instrução Técnica

1. Objeto da Solicitação

O Eng. Civil Clark Virginio Ramos Galvão, formalizou através de e-mail, quesitos a serem respondidos com relação às Leis, Decretos e Resoluções do Sistema Confea/Crea, transcritos abaixo:

1) - Qual a Lei e/ou Decreto que cria o Sistema Crea / Confea e suas atribuições?

Da Anotação de Responsabilidade Técnica e do Acervo Técnico.

1) Toda obra e/ou serviços técnicos de Engenharia precisa ter um Engenheiro como responsável técnico perante o Sistema Crea / Confea?

2) É de competência do Sistema Crea / Confea emitir o Habite-se para utilização e/ou ocupação da edificação?

3) Como deve proceder a fiscalização das obras de construções e serviços de engenharia realizadas dentro do Sistema Crea / Confea?

4) Quais as responsabilidades das empresas prestadoras de serviços de engenharia e construções perante o Sistema Crea / Confea?

2. Fundamentação Legal

A análise do processo baseou-se nos seguintes dispositivos legais:

- a) Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências;
- b) Lei Federal nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional, e dá outras providências.
- c) Decreto Federal nº 23.196, de 12 de outubro de 1933, que regula o exercício da profissão agrônoma e dá outras providências;
- d) Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que regulamenta o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor;
- e) Resolução Confea nº 336, de 27 de outubro de 1989, que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;
- f) Resolução Confea nº 1.007, de 5 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências;
- g) Resolução Confea nº 1.025, de 29 de junho de 1973, que Dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências.

[Assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA-PE
DIVISÃO DE REGISTRO E CADASTRO

3. Conclusão

De acordo com os normativos em vigor, entendemos que:

1) - Qual a Lei e/ou Decreto que cria o Sistema Crea / Confea e suas atribuições?

Decreto nº 23.196, de 12 de outubro de 1933, que regula o exercício da profissão agrônômica e dá outras providências;

Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor;

Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, e dá outras providências.

...

De acordo com a Lei nº 5.194/66, são atribuições do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais:

Art. 27 - São atribuições do Conselho Federal:

a) organizar o seu regimento interno e estabelecer normas gerais para os regimentos dos Conselhos Regionais;

b) homologar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais;

c) examinar e decidir em última instância os assuntos relativos ao exercício das profissões de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, podendo anular qualquer ato que não estiver de acordo com a presente Lei;

d) tomar conhecimento e dirimir quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais;

e) julgar em última instância os recursos sobre registros, decisões e penalidades impostas pelos Conselhos Regionais;

f) baixar e fazer publicar as resoluções previstas para regulamentação e execução da presente Lei, e, ouvidos os Conselhos Regionais, resolver os casos omissos;

g) relacionar os cargos e funções dos serviços estatais, paraestatais, autárquicos e de economia mista, para cujo exercício seja necessário o título de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo;

h) incorporar ao seu balancete de receita e despesa os dos Conselhos Regionais;

i) enviar aos Conselhos Regionais cópia do expediente encaminhado ao Tribunal de Contas, até 30 (trinta) dias após a remessa;

j) publicar anualmente a relação de títulos, cursos e escolas de ensino superior, assim como, periodicamente, relação de profissionais habilitados;

k) fixar, ouvido o respectivo Conselho Regional, as condições para que as entidades de classe da região tenham nele direito à representação;

l) promover, pelo menos uma vez por ano, as reuniões de representantes dos Conselhos Federal e Regionais previstas no Art. 53 desta Lei;

m) examinar e aprovar a proporção das representações dos grupos profissionais nos Conselhos Regionais;

n) julgar, em grau de recurso, as infrações do Código de Ética Profissional do engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, elaborados pelas entidades de classe;

o) aprovar ou não as propostas de criação de novos Conselhos Regionais;

p) fixar e alterar as anuidades, emolumentos e taxas a pagar pelos profissionais e pessoas jurídicas referidos no Art. 63.

Handwritten signature/initials



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA-PE
DIVISÃO DE REGISTRO E CADASTRO

q) autorizar o presidente a adquirir, onerar ou, mediante licitação, alienar bens imóveis.

Art. 34 - São atribuições dos Conselhos Regionais:

- a) elaborar e alterar seu regimento interno, submetendo-o à homologação do Conselho Federal;
- b) criar as Câmaras especializadas atendendo às condições de maior eficiência da fiscalização estabelecida na presente Lei;
- c) examinar reclamações e representações acerca de registros;
- d) julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente Lei e do Código de Ética, enviados pelas Câmaras Especializadas;
- e) julgar, em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas;
- f) organizar o sistema de fiscalização do exercício das profissões reguladas pela presente Lei;
- g) publicar relatórios de seus trabalhos e relações dos profissionais e firmas registrados;
- h) examinar os requerimentos e processos de registro em geral, expedindo as carteiras profissionais ou documentos de registro;
- i) sugerir ao Conselho Federal medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício das profissões reguladas nesta Lei;
- j) agir, com a colaboração das sociedades de classe e das escolas ou faculdades de engenharia, arquitetura e agronomia, nos assuntos relacionados com a presente Lei;
- k) cumprir e fazer cumprir a presente Lei, as resoluções baixadas pelo Conselho Federal, bem como expedir atos que para isso julguem necessários;
- l) criar inspetorias e nomear inspetores especiais para maior eficiência da fiscalização;
- m) deliberar sobre assuntos de interesse geral e administrativos e sobre os casos comuns a duas ou mais especializações profissionais;
- n) julgar, decidir ou dirimir as questões da atribuição ou competência das Câmaras Especializadas referidas no artigo 45, quando não possuir o Conselho Regional número suficiente de profissionais do mesmo grupo para constituir a respectiva Câmara, como estabelece o artigo 48;
- o) organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos termos desta Lei, se inscrevam para exercer atividades de engenharia, arquitetura ou agronomia, na Região;
- p) organizar e manter atualizado o registro das entidades de classe referidas no artigo 62 e das escolas e faculdades que, de acordo com esta Lei, devam participar da eleição de representantes destinada a compor o Conselho Regional e o Conselho Federal;
- q) organizar, regulamentar e manter o registro de projetos e planos a que se refere o artigo 23;
- r) registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe;
- s) autorizar o presidente a adquirir, onerar ou, mediante licitação, alienar bens imóveis.

Da Anotação de Responsabilidade Técnica e do Acervo Técnico.

1) Toda obra e/ou serviços técnicos de Engenharia precisa ter um Engenheiro como responsável técnico perante o Sistema Crea / Confea?

Sim.

De acordo com os art. 7º e 8º da Lei nº 5.194/66 as atividades profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA-PE
DIVISÃO DE REGISTRO E CADASTRO

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;
- f) direção de obras e serviços técnicos;
- g) execução de obras e serviços técnicos;
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.

Art. 8º- As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas.

Parágrafo único - As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas no Art. 7º, com exceção das contidas na alínea "a", com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta Lei lhe confere.

A alínea "a", do art. 6º da Lei nº 5.194/66, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo, a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais.

A Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, que instituiu a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, estabelece em seus art. 1º e 2º que:

Art. 1º- Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).

Art. 2º- A ART define para os efeitos legais os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia.

§ 1º- A ART será efetuada pelo profissional ou pela empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), de acordo com Resolução própria do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA).

2) É de competência do Sistema Crea / Confea emitir o Habite-se para utilização e/ou ocupação da edificação?

Não. A emissão de Habite-se é de competência e responsabilidade da Prefeitura Municipal.

3) Como deve proceder a fiscalização das obras de construções e serviços de engenharia realizadas dentro do Sistema Crea / Confea?

Para atividade de fiscalização, o profissional deve estar registrado e com anuidades em dia com o Crea, comprovado através da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física, e registrar a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART da atividade que irá realizar.

Handwritten signature



Folha	
Processo	S/N
Matrícula	
Rubrica	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA-PE
DIVISÃO DE REGISTRO E CADASTRO

Conforme o art. 32 da Resolução Confea nº 1.025/2009, compete ao profissional cadastrar a ART da obra ou serviço em cuja circunscrição for exercida a atividade.

De acordo com o art. 3º da Resolução Confea nº 1.007/2003, o profissional registrado que exercer atividade na jurisdição de outro Crea fica obrigado a visar o seu registro no Crea desta jurisdição.

Conforme indicado no Manual do Profissional, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco em maio de 1999 – 6ª Edição- Fevereiro de 2003, o item 5 - Das Responsabilidades decorrentes das obras de edificação, pag. 27, deve o profissional atentar quanto às responsabilidades técnicas, civil, penal e trabalhista.

4) Quais as responsabilidades das empresas prestadoras de serviços de engenharia e construções perante o Sistema Crea / Confea?

As empresas que prestam serviços de engenharia devem estar registradas e com anuidades em dia com o Crea, comprovado através da Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, e manter em seu quadro de responsáveis técnicos, profissionais habilitados para o desempenho das atividades constantes em seu objetivo social.

De acordo com o disposto no art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 5.194/66, as pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas no Art. 7º, com exceção das contidas na alínea "a", com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta Lei lhe confere.

Os art. 3º, 5º e 6º da Resolução Confea nº 336/1989, dispõe que.

Art. 3º - O registro de pessoa jurídica é ato obrigatório de inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia onde ela inicia suas atividades profissionais no campo técnico da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia.


Art. 5º - A atividade da pessoa jurídica, em região diferente daquela em que se encontra registrada, obriga ao visto do registro na nova região.

§ 1º - O visto exigido neste artigo pode ser concedido para atividade parcial dos objetivos sociais da requerente, com validade a ela restrito.

§ 2º - No caso em que a atividade exceda de 180 (cento e oitenta) dias, fica a pessoa jurídica, a sua agência, filial ou sucursal, obrigada a proceder ao seu registro na nova região.

Art. 6º - A pessoa jurídica, para efeito da presente Resolução, que requer registro ou visto em qualquer Conselho Regional, deve apresentar responsável técnico que mantenha residência em local que, a critério do CREA, torne praticável a sua participação efetiva nas atividades que a pessoa jurídica pretenda exercer na jurisdição do respectivo órgão regional.

Recife, 28 de dezembro de 2016.


Eng. de Produção **Thiago Gomes Baptista**
Assistente Técnico do Crea-PE
CREA/PE nº 36624